

# Receita do FMI renderá corte da dívida já este ano

Rosental Calmon Alves  
Correspondente

WASHINGTON — O Brasil vai tentar usar ainda este ano recursos do Fundo Monetário Internacional para operações de redução da dívida externa, aproveitando as negociações já iniciadas em Brasília sobre o programa de ajustamento da economia em 1989. A ideia é pedir ao Fundo que demonstre sua declarada disposição de participar do Plano Brady, ao acertar com o país as metas para 1989 do acordo standby, assinado no ano passado, segundo disseram ao JORNAL DO BRASIL uma fonte ligada ao FMI e um alto funcionário do governo brasileiro.

O FMI planeja desembolsar US\$ 1 bilhão para o Brasil ao longo deste ano em parcelas condicionadas ao cumprimento das metas do programa econômico de 1989, atualmente negociadas em Brasília pela equipe do economista chileno Thomas Reichmann. Pela primeira vez estão sendo criadas condições para que esse dinheiro seja usado direta ou indiretamente em operações de recompra com desconto de títulos da dívida externa. O Brasil precisará, no entanto, de negociar com o comitê assessor de bancos credores uma permissão para ir ao mercado secundário comprar esses títulos, tal como fez o Chile no ano passado.

“Nossa ideia é fechar o mais rapidamente possível as atuais negociações com o FMI, mas, sem dúvida, é uma boa oportunidade de testar a nova disposição de ajudar na redução da dívida. O pro-

blema é que o pessoal do Fundo que está em Brasília provavelmente ainda não está atuando dentro do novo esquema”, comentou, um alto funcionário brasileiro, otimista com a possibilidade de se chegar a uma fórmula de o Fundo contribuir logo com as operações de redução da dívida do país.

A fonte lembrou a ênfase que o secretário do Tesouro americano Nicholas Brady deu, em sua conversa com o ministro Mailson da Nóbrega, à importância de o Brasil ser um dos primeiros beneficiários do plano de redução da dívida. “Nós estamos vendo que temos mesmo todas as condições para isso. Já temos nossos acordos com os bancos e com o próprio FMI e estamos demonstrando resultados de nossos esforços de ajustamento. Poderíamos, então, começar a usar o dinheiro do fundo para repor nossas reservas utilizadas em operações de buy back (recompra de títulos da dívida, com desconto)”, disse o funcionário brasileiro.

**Planos** — O ministro Mailson da Nóbrega deixou Washington, ontem, dizendo-se animado com as perspectivas criadas pelo apoio que o FMI e o Banco Mundial acabavam de dar às propostas neste sentido apresentadas pelos governos da França, Japão e Estados Unidos. Ele voltou a insistir que é viável esperar uma redução de 50% da dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais (cerca de US\$ 62 bilhões), num período de três anos. Ele não disse, mas o governo está trabalhando com a estimativa de que ainda este ano haverá uma redução de 15% desse total.

## Brady pede monitoramento

O secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, pediu ontem a criação de normas de monitoramento ainda mais rigorosas para que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial levem os países em desenvolvimento a ajustarem suas economias dentro das receitas recomendadas pelas duas instituições. Com seu discurso, no encerramento das assembleias semi-anuais do FMI e do Bird, Brady deixou mais claro do que nunca que este será o preço a ser pago pelos países que quiserem se beneficiar do plano de redução da dívida.

As exigências em matéria de conservação da natureza também foram enfatizadas pelo secretário como outro pré-requisito importante, que terá de receber uma atenção maior de parte do Banco Mundial. O presidente desta instituição, Barber Conable, também dedicou boa parte de seu discurso para assegurar aos Estados Unidos e a outros principais países-acionistas que a questão ambiental passou a ser “alta prioridade” na política de desenvolvimento, ao lado da redução da pobreza e do crescimento econômico.

Brady deu a primeira sugestão prática de endurecimento das políticas de monitoramento das economias dos países pobres: uma mudança no sistema de empréstimos do Banco Mundial para ajudar a implantação de políticas setoriais, de forma que cada desembolso, condicionado ao cumprimento de certas metas, seja analisado pela própria direto-

ria da instituição, em vez de decidido pelo staff técnico. Isso dá ainda maiores poderes políticos aos Estados Unidos e aos outros países ricos, que são os principais acionistas do banco.

**Garantias** — Brady estava contente com o apoio formal manifestado ontem pelo FMI e pelo Banco Mundial a seu plano de redução da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, mas lamentou que não tenha conseguido convencer os demais países industrializados (especialmente os europeus) a permitir a criação de mecanismos de garantia do pagamento de juros sobre os títulos da dívida reduzida, que serão negociados entre os países e os bancos comerciais. A oposição se deve ao temor de que isso comprometa a saúde creditícia do FMI e do Bird, mas Brady insistiu que esse aval é uma parte essencial de sua estratégia, “a fim de fornecer estímulos adequados para atividades de mercado benéficas tanto para devedores quanto para credores”.

O Comitê Interino que estabelece as diretrizes do FMI aprovou um comunicado final de suas deliberações desta semana, dizendo que a questão das garantias para os pagamentos dos juros “devem ser examinadas”, mas destacou a importância de o Fundo começar “a pôr em prática com rapidez” os mecanismos de redução da dívida “nos casos dos países-membros que tenham adotado sólidos programas de ajustamento”. (R.C.A.)